

EDITORIAL - v.3, n.2

Revista Debate Econômico
Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria - Universidade Federal de Alfenas

Apresentamos mais um número da Revista Debate Econômico. Contamos com a colaboração de professores e pesquisadores de diversas instituições em mais uma seleção de textos caracterizada pela diversidade de temas e abordagens. Os artigos tratam de inflação e política econômica, crescimento econômico e redução de desigualdades sociais, comportamento de agentes econômicos segundo a teoria dos jogos, meio ambiente e custos empresariais. Há ainda uma diversidade na dimensão da análise com estudos nos níveis regional, nacional e internacional.

Abrem este número dois artigos sobre a economia brasileira contemporânea. André Luís Campedelli parte do regime de metas de inflação brasileiro, implantado em 1999, para escrutinar a política monetária executada pelo banco central desde então. Para o autor, seria possível distinguir uma fase de maior rigidez da política monetária entre 1999 e 2005, e outra de maior flexibilidade a partir de 2006. Os anos de 2011 e 2013 seriam excepcionais por mostrarem uma mudança de postura do banco central em relação à inflação. A taxa de juros foi reduzida ao mais baixo patamar da história, equiparando-se às taxas de juros internacionais. Ademais, além da ferramenta clássica de política monetária, outros instrumentos foram utilizados para controlar a inflação. No entanto, apesar dessa experiência, o autor conclui que a política monetária executada pelo banco central seguiu uma linha ortodoxa em todo o período.

Em seguida, Thais Diniz Oliveira investiga os determinantes da retomada do crescimento econômico durante o governo Lula. Para a autora, o modelo de crescimento econômico com equidade implantado nesse governo foi bem sucedido tanto na promoção do crescimento, quanto na melhora da distribuição de renda no país. Os fatores determinantes do êxito teriam sido a expansão do consumo de massas e das exportações motivada, respectivamente, pelas políticas sociais implementadas e pelo chamado "efeito China". Apesar do sucesso do ponto de vista do aumento dos rendimentos salariais e da redução da pobreza, a autora chama a atenção para a permanência de um nível ainda alto de desigualdade social no país. Para amenizá-la, seria preciso aprofundar a intervenção do Estado como provedor de políticas sociais e, principalmente, promover mudanças estruturais para assegurar um crescimento econômico sustentado ao longo do tempo.

No terceiro artigo deste número, Gisele Brito e Juliana Scriptoro abordam o comportamento dos países membros da Opep a partir da teoria dos jogos. As autoras propõem uma interessante questão: teoricamente, poderia ser vantajoso para um participante não cooperar com os outros membros do cartel, por isso, o comportamento de participantes de cartéis seria instável em relação ao controle da produção e dos preços, ora obedecendo, ora desobedecendo as regras impostas pelo grupo. Diante disso, o que explicaria a longevidade da Opep, formada na década de 1960? Para responder à questão, as autoras apresentam a hipótese de que os ganhos com a não cooperação nesse caso não deveriam ser significativos se comparados com os advindos da cooperação e de que as retaliações, seja punição ou ameaça de expulsão do grupo, podem ter contribuído para inibir o comportamento não cooperativo.

Fecham a seção de artigos dois estudos que abordam aspectos microeconômicos de empresas da região do sul de Minas. O primeiro, um estudo de vários autores, apresenta uma pesquisa realizada junto a empresas de água mineral do circuito das águas do sul de Minas para avaliar sua visão sobre a gestão ambiental. Os autores indicam, inicialmente, que a gestão ambiental pode ser encarada, basicamente, de duas maneiras: positiva, como vantagem competitiva *a la* Porter, ou negativa, como geradora de custos adicionais para empresa. O resultado da pesquisa aponta que, das três empresas analisadas, duas encaram a gestão ambiental apenas como custo e uma delas tem uma visão mais positiva da gestão ambiental. No entanto, os autores advertem que a postura positiva por parte dessa empresa pode ter sido reflexo de uma ação civil pública enfrentada por ela em razão da exploração não sustentável da água mineral. Diante disso, os autores afirmam a necessidade de uma revisão no marco regulatório da exploração de águas no Brasil, a fim de incentivar as empresas a mudarem sua visão sobre a gestão ambiental.

O artigo de Deon Bonfim, Leandro Rivelli e Maria Aparecida Curi estuda em detalhe como se dá o processo de importação numa empresa de tecnologia da região do sul de Minas, a fim de avaliar os custos de transação nele envolvidos. Os autores detectam que tais custos são significativos com impactos sobre a gestão de estoques e capital de giro do negócio. Nesse sentido, os custos adicionais exigiriam um maior esforço da empresa para a manutenção de suas atividades operacionais.

Finalmente, apresentamos uma interessante resenha de *O capital no século XXI*, de Thomas Piketty, feita por William Nozaki. Após sintetizar os argumentos principais de Piketty, Nozaki adverte que as críticas do autor ao capitalismo e a defesa de uma atuação do Estado estão mais próximas de uma política reformista social-democrata do

que de uma proposta de transformação do capitalismo. Por isso, ao contrário do que uma apreciação mais rápida do livro e do seu título poderia sugerir, a proposta de Piketty estaria mais para Adam Smith do que para Marx.

Agradecemos a todos os autores e avaliadores que colaboraram com este número. Agradecemos especialmente aos leitores e lhes pedimos, desde já, que nos ajudem na divulgação de nossa publicação. Lembramos que a submissão de artigos para a revista se dá em fluxo contínuo. Visite sua página na internet para maiores informações: [Revista Debate Econômico](#).

Boa leitura a todos!

Varginha, setembro de 2016

Equipe editorial